

**Minuta da Ata da 64ª Reunião Ordinária
da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima - CIMGC,
realizada em 10/11/2011, 5ª feira, na Sala de Reuniões da SEPED/MCT**

Membros Participantes:

1. João Alencar Oliveira Júnior - **Ministério das Cidades**
2. João Antonio F. Salomão – **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**
3. Fabiano Chaves da Silva – **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**
4. Cibele Dutra de França – **Ministério dos Transportes**
5. Fernanda Bocorny Messias – **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**

Outros Participantes:

1. Marcos Heil Costa – **Secretário Executivo da CIMGC**
2. Adriano Santhiago de Oliveira – **Ministério do Meio Ambiente**
3. Jairo Rodrigues da Silva – **Ministério dos Transportes**
4. Mauro Cesar Lambert B. Ribeiro – **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**
5. Luís Fernando Badanhhan – **Ministério das Minas e Energia**
6. Valdir Borges Souza Junior – **Ministério das Minas e Energia**
7. Sonia Regina Mudrovitsch de Bittencourt – **Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação**
8. Tulio César Mourthé de Alvin Andrade – **Ministério das Relações Exteriores**
9. Paulo Henrique C. Soares – **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**

1. Deliberação sobre a Ata da 63ª Reunião Ordinária da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.

O Secretário Executivo da CIMGC, Dr. Marcos Heil Costa, iniciou a Reunião dando boas vindas a todos e colocou em votação a ata da reunião anterior, perguntando se existia alguma modificação a ser realizada. O Sr. João Alencar de Oliveira Júnior, representante do Ministério das Cidades, informou que gostaria de abster-se de se manifestar por não ter participado da 63ª reunião. Os demais membros concordaram com o conteúdo da ata e, assim, a mesma foi considerada aprovada.

2. Considerações sobre o Curso de Capacitação em MDL.

O Secretário Executivo da Comissão agradeceu o interesse e participação daqueles que puderam estar presentes ao Curso de Capacitação em MDL, realizado no período de 17 a 19 de outubro de 2011, no auditório térreo do MCTI, ministrado em parceria com a GIZ. Informou que o curso teve um ótimo quórum tendo tido a participação de 17 pessoas, sendo

sete Ministérios representados. Informou ainda, que não pode participar do curso dada a necessidade de viajar para a China em atendimento de demanda do Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação. Relatou que a participação de todos foi muito ativa e que o curso foi muito elogiado, tendo havido manifestação por parte dos presentes para que houvesse continuidade neste tipo de capacitação. Informou que a GIZ se dispôs a continuar investindo nessa parceria. Perguntou em seguida, se alguém gostaria de se manifestar a respeito do curso ministrado e se gostariam de dar sugestões sobre tópicos para a realização de outros cursos. Disse, também, que as sugestões poderiam ser encaminhadas por meio do e-mail da CIMGC, pois havia a previsão de uma reunião com a equipe da GIZ na semana seguinte e o assunto poderia ser abordado na ocasião.

O representante do Ministério das Cidades destacou que o curso foi muito interessante e bastante específico, no sentido de abordar a sistemática e os mecanismos de análise dos projetos, o que ajudou a compreender melhor os pareceres dos consultores *ad hoc*. Diante desta colocação, o Secretário Executivo perguntou se ele gostaria de apresentar alguma sugestão que pudesse constar da pauta da reunião com GIZ sobre futuros cursos de capacitação. O Dr. João Alencar frisou que poderiam ser reforçadas questões do ponto de vista metodológico e que o curso pudesse ser um pouco mais seccionado por setores, levando-se em consideração os planos setoriais abordados na Política Nacional sobre Mudança do Clima, abordando, inclusive capacitação sobre NAMAs. A Dra. Sonia Regina Bittencourt solicitou ao Dr. João Alencar que encaminhasse por e-mail a sua solicitação, apresentando mais detalhes, de modo a subsidiar a conversa com a GIZ. Informou que haveria possibilidade de treinamento sobre NAMAs, mas que em relação aos outros temas, seria necessário verificar se os mesmos estariam de acordo com a área de atuação da equipe da GIZ com a qual foi firmado o projeto de cooperação. O Dr. Adriano Santhiago, do Ministério do Meio Ambiente, disse que a sugestão era interessante, mas que deveria haver cautela ao abordar este assunto e solicitou ao Dr. Tulio César Mourthé de Alvin Andrade, do Ministério das Relações Exteriores que comentasse o assunto no âmbito das negociações internacionais. Em atendimento à solicitação, Dr. Túlio enfatizou a necessidade de não haver um pré-julgamento de que NAMAs seja necessariamente um mecanismo de geração de crédito de carbono, pois ainda há uma discussão internacional importante sobre este tema. De volta à palavra, Dr. Adriano disse considerar prudente aguardar o segundo período de compromisso do Protocolo de Quioto para realizar treinamento sobre NAMAs e, salientou que no momento, os treinamentos deveriam ser voltados para os Programas de Atividades (Poas). Complementando, o Sr. Luís Fernando Badanhan, do Ministério das Minas e Energia salientou que os treinamentos sobre Poas poderiam se estender inclusive à indústria.

3. Projeto aprovado com ressalvas cujos proponentes ainda não apresentaram resposta ao ofício em conformidade com a Resolução 05 da CIMGC.

O Secretário Executivo informou que na 63ª Reunião a Comissão deliberou por conceder prazo regulamentar de 60 dias para que o proponente do Projeto Gás de Aterro Marília/Araúna (Projeto 283/2010) encaminhasse comprovante de licenciamento ambiental e, caso a solicitação não fosse atendida no prazo determinado, a submissão do projeto seria considerada cancelada. Em função do exposto, relatou que até a presente data a solicitação

não havia sido atendida e que caso não haja retorno por parte do proponente até a próxima semana, final do prazo, a Secretaria Executiva irá cancelar a submissão do referido projeto.

4. Deliberações sobre os projetos em análise:

Projeto 298/2011 - Gás de Aterro CGR Guatapará: a Comissão manifestou parecer para aprovação com ressalvas, para atendimento das seguintes exigências:

1) O título em português da atividade de projeto apresentado no DCP (“Projeto de Gás de Aterro GGR Guatapará” - seção A.1) difere daquele apresentado no Relatório de Validação (Projeto do Aterro Sanitário GGR Guatapará), enquanto que na língua inglesa o projeto é intitulado “GGR Guatapará Landfill Project” tanto no *Project Design Document* (PDD) quanto no *Validation Report*.

2) DCP (página 19, 2º parágrafo) - “Para calcular esse spread, os participantes do projeto usaram o prêmio de risco calculado pela entre os S&P 500 e os Títulos do Tesouro Americano e o S&P 500. Isso resultaria em um prêmio de risco do mercado de 6,02%”: Além do texto em português estar confuso (provavelmente omissão de palavras/erro de digitação), o valor da taxa-prêmio de risco do mercado difere daquela apresentada no PPP (6.39%).

3) DCP (página 21): as três planilhas copiadas do PDD (página 22) estão com as colunas relativas aos valores para o ano de 2015 cortadas e todos os dados referentes ao ano de 2016 omitidos. O mesmo ocorre nas páginas 22 e 23 do DCP em relação aos anos 2025, 2026 e 2035.

4) O DCP não dispõe de numeração sequencial de páginas a partir da página 32, diferentemente do PDD onde tal falha não ocorre, apresentando todas as suas páginas numeradas.

5) DCP (página 17, linha 24): a descrição do LFG3 está incompleta (Captura e queima do gás de aterro sem), o que não acontece com a descrição em inglês no PDD (p.18, linha 4) “*Capture of landfill gás and its flare, without being registered as a CDM Project activity*”.

6) O texto “*Already the drainage of pluvial waters is made through support pipes, concrete tubes and sedimentation boxes. This way are prevent that the water bodies near and in front of the enterprise suffer sand excesses*”, apresentado no parágrafo *Drainage of the leachate* da página 5 do PDD, foi omitido no DCP.

7) O texto “*Activities will be intense welding tubing to connect each station of the adjustment*”, apresentado no último parágrafo da página 6 do do PDD, foi omitido no DCP.

8) O texto “*Removers of condensate will be provided to drain traces of manure collected from the gas. These removers are constructed at points of lower elevation of the tubing and collection stations, located before the adjustment. The condensate removed will be returned to the landfill, through pumps installed at the base of the removers.*” apresentado no primeiro parágrafo da página 7 do PDD, foi omitido no DCP.

9) O texto *“The CGR Guatapará will install the 13 Stations of adjustment when the closure of the landfill, each with capacity to receive the connection of up to 20 Drain”* apresentado no segundo parágrafo da página 7 do PDD, foi omitido no DCP.

10) DCP, página 27: a informação *“O&M – Além disso, para atingir a taxa de desconto, o custo de O&M deve ser reduzido em 53,4%. Isso significa que o proponente de projeto deve reduzir para a metade os custos de O&M. Conseqüentemente, esse cenário é irrel.”* Não traduz corretamente a informação fornecida no PDD (página 28).

11) O texto apresentado na página 50 do PDD, *“The landfill gas collection and utilization system will capture only a portion of the generated landfill gas. Thus, an estimate of 65% LFG collection was applied to the estimate of LFG produced. Under assumption that generated LFG is composed of 50% methane, table below illustrates the quantities of methane collected by the project activity during the crediting period.”*, não foi traduzido corretamente no DCP.

12) Consta no item C.1.1 do DCP que “o CGR Guatapar decidirá implementar a atividade de projeto após o recebimento da Carta de Aprovação Brasileira. A previsão para a reunião da AND brasileira é 13/09/2011”. A data de início de uma atividade de projeto é aquela que ocorrer mais cedo entre a implementação / construção ou a real ao que caracteriza o início da atividade. A decisão de implementar a atividade de projeto não deve estar associada ao recebimento da Carta de Aprovação da Autoridade Nacional Designada. Portanto, solicita-se que o proponente remova a passagem citada no item C.1.1 tanto do DCP como do PDD.

13) Sobre o licenciamento ambiental, consta no item D.1 do DCP que “com a aprovação do EIA, o CGR Guatapar recebeu da CETESB a Licença de Operação número 52000232, emitida em 22/03/2009 que  válida até 22/03/2014”. Contudo, esse documento não foi encontrado entre aqueles enviados sobre licenciamento ambiental. Consta nessa lista a LICENÇA DE OPERAÇÃO PARCIAL n 52000668, de 06/05/2011, e válida até 06/05/2016.  necessário o envio da Licença de Operação número 52000232, bem como esclarecimentos sobre qual das duas licenças  válida para o empreendimento.

14) No que diz respeito ao Anexo III da Resolução 01, Consta no item sobre contribuição para a sustentabilidade ambiental local que “as emissões da queima incluem o componente de dióxido de carbono do gás de aterro sanitário, mas considera-se esse dióxido de carbono como um produto natural do ciclo de carbono. Na combustão de gás de aterro sanitário, o dióxido de carbono é produzido adicionalmente, mas isso também é considerado como parte do ciclo natural de carbono e não como de origem antropognica”. Não faz sentido a defesa de que o CO2 gerado pela atividade não é de origem antropognica. Portanto, sugere-se a remoção do trecho ou a apresentação de uma redação alternativa.

15) Consta ainda a seguinte passagem no item sobre contribuição para a sustentabilidade ambiental local: “(...) evitando a acumulação de gases explosivos na vizinha”. O proponente deve ter querido se referir  vizinhança, e não é “vizinha”. Portanto, solicita-se a devida correção.

14) Esclarecer se foi solicitado autorização junto à ANEEL para a atividade de geração de energia elétrica, conforme Resolução ANEEL N 112, de 18 de maio de 1999 .

Projeto 300/2011 - Projeto de MDL Complexo Carreiro II: a Comissão manifestou parecer para aprovação com ressalvas, para atendimento das seguintes exigências:

- 1) No item A.4.3 do DCP, “Tecnologia a ser empregada pela atividade do projeto”, Tabela 3, página 6. O total da coluna quantidade apresenta separador de milhar com vírgula (,) quando deveria ser com ponto final (.).
- 2) No item B.1 do DCP, “Título e referência da metodologia de linha de base aprovada e do monitoramento aplicados às atividades do projeto”, página 8. A numeração da metodologia está apresentada com vírgula (,) quando deveria ser com ponto final (.).
- 3) No item B.5 do DCP, “Descrição de como as emissões antropogênicas de gases de efeito estufa por fontes são reduzidas para níveis inferiores aos que teriam ocorrido na ausência da atividade de projeto registrada de MDL (avaliação e demonstração de adicionalidade)”, Subpasso 1b “Conformidade com as leis e regulamentações”, página 14. Na segunda linha do primeiro parágrafo, onde se lê (...)“O Plano Decenal mostra que haverá um aumento na oferta de energia país em geral.”, deveria ser: (...) “na oferta de energia do país em geral”.
- 4) No mesmo item anterior, subitem “PCH Sacre II”, segundo parágrafo, página 25. Há um erro de digitação. O original: “Apesar de o projeto ter sido rejeitado (...)”. Sugestão: “Apesar de o projeto ter sido rejeitado...”.
- 5) Inserir no item C.2.1.1 do DCP e PDD, a informação de que o início do primeiro período de obtenção de crédito pode ser a data de registro da atividade de projeto de MDL no Conselho Executivo, além da data já constante de 01/06/2011, o que ocorrer por último.
- 6) Na página 14 da versão em português, quinto parágrafo, falta o parêntese final. Este erro de digitação acontece no mesmo parágrafo da versão em inglês (último parágrafo da página 13 da versão em inglês).
- 7) Página 20 do Relatório de Validação em Português, o termo BEy da equação 11 está como “emissões basais no ano y”. O recomendado é: emissões da linha de base no ano y.
- 8) Na versão em português do Relatório de Validação, página 25, há uma tabela e, na segunda linha da terceira coluna, sexto parágrafo, lê-se: “(...) características do projeto os valores investimentos podem variar”. O correto talvez fosse: “características do projeto os valores dos investimentos podem variar”.
- 9) Continuação desta tabela, na página 26, terceira linha, na terceira coluna, lê-se: 8º novo leilão de energia da ANEEL. O correto talvez seja: 8º leilão de energia NOVA da ANEEL.
- 10) Na versão em português do Relatório de Validação, página 35, item 4, está escrito “Comentários das partes, atores and ONGs”, quando o correto deveria ser “Comentários das partes, atores e ONGs”.
- 11) Versão em português do Relatório de Validação, página 35, item 4, “Comentários das partes, atores e ONGs”. A metodologia citada (ACM0002) aparece na versão 11, sendo que a versão mais atual e utilizada no PDD/DCP é a versão 12.1. O mesmo equívoco é encontrado na versão em inglês, pag. 34.

12) No Apêndice A, página 50, item 3.d.iii, segundo parágrafo, não está citado o número de empregos indiretos que serão gerados com o empreendimento (400). Na versão em inglês deste mesmo item, este número aparece.

13) As siglas 'CAR' e 'CL' não foram traduzidas para a versão em português do RV.

14) Ainda na versão em português do Relatório de Validação, o título "a. Prior consideration of the clean development mechanism" da tabela constante da página 155 não foi traduzido para o português.

15) No que diz respeito ao Anexo III da Resolução 01, consta no item sobre "contribuição para a distribuição de renda" que o imposto ISSQN arrecadaria um valor superior a "R\$ 3.5000.000,00". A notação está equivocada e o valor precisa ser informado de maneira correta.

16) Para um melhor esclarecimento dos dados no contexto da projeção da matriz energética para o ano de 2019, recomendamos inserir a tabela completa (PDE 2019, pg 70, tabela 54) no texto do Anexo III, item "a" (Contribuição para a sustentabilidade ambiental local).

17) Informar se foi confirmada a previsão constante no DCP de que a PCH Autódromo entraria em operação no mês de junho de 2011. Se isso de fato ocorreu, seria necessário o envio da cópia da Licença de Operação da referida PCH. No caso das outras duas PCHs terem entrado em operação, fica valendo a mesma solicitação.

Projeto 301/2011 - Projeto de MDL PCH Santa Carolina: a Comissão manifestou parecer para aprovação com ressalvas, para atendimento das seguintes exigências:

1) DCP e PDD - inserir no item C.2.1.1 a informação de que o início do primeiro período de obtenção de crédito pode ser a data de registro da atividade de projeto de MDL no Conselho Executivo, além da data já constante de 01/05/2013, o que ocorrer por último.

2) DCP e PDD - esclarecer a razão de não ser apresentada nenhuma real ação que caracteriza o início da atividade, tendo sido apresentada a data futura de 01/02/2012, justificando-se que os empreendedores ainda não assinaram nenhum contrato de compra de equipamentos.

3) DCP e PDD - apresentar alguma real ação que caracterize o início da atividade.

4) Relatório de validação versão em português, item 3.7.3, página 22 - os números citados encontram-se com a notação em inglês para milhar e decimais. Utilizar a notação em português.

5) Relatório de validação versão em português, página 22 - nota de rodapé deve ser traduzida para o português.

6) Relatório de validação versão em português, páginas 23 e 24, Análise de Investimento - os valores citados nas tabelas encontram-se com a notação em inglês para milhar e decimais. Utilizar a notação em português.

7) Relatório de validação versão em português, página 27, 5º parágrafo - substituir a palavra "incentives" por incentivos - substituir 10.5MW por 10,5MW.

8) No Anexo III da Resolução 01, consta no item sobre “contribuição para a capacitação e o desenvolvimento tecnológico” informações sobre o Estado de Santa Catarina quando a atividade está localizada no Rio Grande do Sul. O participante de projeto deve promover a correção do equívoco.

9) Para um melhor esclarecimento dos dados no contexto da projeção da matriz energética para o ano de 2017, recomendamos inserir a tabela 33 “Evolução da capacidade instalada por fonte de geração (MW)” do PDE 2017 (PDE 2008-2017, Volume I, pág. 112, Tabela 33) no texto do Anexo III, item “a” (Contribuição para a sustentabilidade ambiental local).

10) O Participante de Projeto deve se comprometer a encaminhar cópia da Licença de Instalação (LI) válida assim que obtê-la do órgão ambiental responsável, tendo em vista que a cópia da Licença Prévia (LP) nº 458/2009-DL está com a validade expirada em 26 de abril de 2011.

Projeto 302/2011 - Projeto de Gás de Aterro CTL: a Comissão manifestou parecer para aprovação com ressalvas, para atendimento das seguintes exigências:

1) Consta no item C.1.1 do DCP que “o Participante do Projeto irá decidir implementar a atividade do projeto depois de receber a Carta Brasileira de Aprovação. A data prevista da reunião DNA brasileira é 11/11/2011. Além disso, esta data também pode ser a data da compra do principal equipamento”. A data de início de uma atividade de projeto é aquela que ocorrer mais cedo entre a implementação / construção ou a real ação que caracteriza o início da atividade. A decisão de implementar a atividade de projeto não deve estar associada ao recebimento da Carta de Aprovação da Autoridade Nacional Designada. Portanto, solicita-se que o proponente remova a passagem citada no item C.1.1 tanto do DCP como do PDD, e que apresente como data de início da atividade aquela associada à implementação / construção ou a real ação que caracteriza o seu início.

2) Com o objetivo de evitar entendimentos equivocados de que o CO₂ não contribui para o aquecimento global, remover do anexo III a passagem onde é mencionado que esse gás é considerado um componente natural do ciclo de carbono.

3) Sobre o licenciamento ambiental, consta no item D.1 do DCP a informação de que o aterro sanitário CTL recebeu, da CETESB, a Licença de Operação nº 30006398, emitida em 23/11/2010 e válida até 23/11/2015. Contudo, esse documento não foi encontrado entre aqueles enviados sobre licenciamento ambiental. Consta nessa lista a LICENÇA DE OPERAÇÃO nº 30006740, de 03/06/2011, e válida até 03/06/2016. É necessário o envio da Licença de Operação número 30006398, bem como esclarecimentos sobre qual das duas licenças é válida para o empreendimento.

4) Esclarecer se foi solicitado autorização junto à ANEEL para a atividade de geração de energia elétrica, conforme Resolução ANEEL Nº 112, de 18 de maio de 1999

5. Novos projetos recebidos pela Secretaria Executiva da CIMGC:

- 303/2011 - **Usinas Eólicas Seabra**, Novo Horizonte e Macaúbas, **recebido em 25/10/2011**
- 305/2011 - Geração de Energia Elétrica a partir de Fontes Renováveis - **Parques Eólicos Macacos**, Juremas, Pedra Preta e Costa Branca, **recebido em 04/11/2011**
- 306/2011 - Geração de Energia Elétrica na Coqueria da **SOL** pelo processo de Recuperação de Calor, **recebido em 04/11/2011**
- 307/2011 - Projeto da Central Elétrica de **Palmares** (PCEEP), **recebido em 04/11/2011**
- 308/2011 - Projeto da Central Elétrica **Eólica de Osório 2**, **recebido em 04/11/2011**
- 309/2011 - Projeto da **Pequena Central Hidrelétrica de Ibirama**, **recebido em 04/11/2011**
- 310/2011 - Projeto das **Pequenas Centrais Hidrelétricas Criúva** e Palanquinhos, **recebido em 04/11/2011**

O Secretário Executivo da Comissão informou que o **Projeto de Recuperação de Metano** BCA-BRA-15, encaminhado à CIMGC pela Brascarbon em 04/11/2011, apresentava uma situação peculiar e por isso foi retirado da lista de novos projetos, embora já tivesse recebido a numeração (**304/2011**). Salientou que a Secretaria Executiva recebeu na data de ontem, uma mensagem eletrônica do Sr. Luiz Lasas da Brascarbon alertando que este projeto e outros seis haviam sido vendidos pela Brascarbon para as empresas SP Carbono e LCF-Luso Carbon Fund, de forma que a Brascarbon não tem mais responsabilidade alguma com o mesmo. Observou-se, entretanto, que a Brascarbon ainda consta como participante, tanto no Documento de Projeto, como no Relatório de Validação (versões em inglês e português). Desta forma e considerando ser de responsabilidade da Autoridade Nacional designada (AND) atestar, inclusive, as alterações relativas aos participantes nos projetos MDL, consideramos oportuno solicitar subsídios junto à Consultoria Jurídica do MCTI (CONJUR) sobre quais são os documentos que devem ser exigidos por ocasião do encaminhamento dos projetos à CIMGC, de forma a respaldar a AND. O Colegiado foi unânime em concordar com a realização da consulta.

6. Síntese da Análise dos projetos:

Nome do projeto	Status antes da reunião	Status após a reunião
283/2010 – Projeto de Gás de Aterro Marília / Araúna	Aprovado com ressalvas	Não-submetido*
298/2011 – Projeto de Gas de Aterro CGR Guataporá	Submetido	Aprovado com ressalvas
300/2011 – Projeto de MDL Complexo Carreiro II	Submetido	Aprovado com ressalvas
301/2011 – Projeto de MDL PCH Santa Carolina	Submetido	Aprovado com ressalvas
302/2011 – Projeto de Gás de Aterro CTL	Submetido	Aprovado com ressalvas
303/2011 – Usinas Eólicas Seabra, Novo Horizonte e Macaúbas	Recebido	Submetido
305/2011 – Geração de Energia Elétrica a partir de Fontes Renováveis – Parques Eólicos Macacos, Juremas, Pedra Preta e Costa Branca	Recebido	Submetido
306/2011 – Geração de Energia Elétrica na Coqueria da SOL pelo Processo de Recuperação de Calor	Recebido	Submetido
307/2011 – Projeto da Central Elétrica de Palmares (PCEEP)	Recebido	Submetido
308/2011 – Projeto da Central Elétrica Eólica de Osório 2	Recebido	Submetido
309/2011 – Projeto da Pequena Central Hidrelétrica de Ibirama	Recebido	Submetido
310/2011 – Projeto das Pequenas Centrais Hidrelétricas Criúva e Palanquinhos	Recebido	Submetido

7. Proposta de realização de reunião extraordinária, no dia 12 de dezembro de 2011.

O Secretário Executivo comentou sobre o aumento do número de projetos que devem ser enviados à Secretaria Executiva em função do encerramento do primeiro período de compromisso do Protocolo de Quioto. Diante do exposto, sugeriu a realização de uma reunião extraordinária no dia 12 de dezembro próximo, para análise dos novos projetos apresentados à Comissão nesta reunião (303/2011, 305/2011, 306/2011, 307/2011, 309/2011 e 310/2011). O Dr. Túlio César Andrade, do Ministério das Relações Exteriores, questionou a possibilidade de se rever a data proposta, considerando que alguns dos membros da Comissão estariam em Durban participando da COP 17 e talvez não pudessem retornar a tempo. O colegiado decidiu, então, que a reunião seria realizada, em caráter extraordinário, na semana do dia 12 a 16 de dezembro por meio de procedimento eletrônico de votação.

8. Calendário de reuniões para 2012.

O Secretário Executivo apresentou proposta de calendário para a realização das reuniões da Comissão no ano de 2012 (apresentada a seguir), a qual foi aprovada por unanimidade.

Proposta de calendário para as Reuniões da CIMGC em 2012

65ª Reunião – 02/02/2012

66ª Reunião – 15/03/2012

67ª Reunião – 26/04/2012

68ª Reunião – 05/06/2012

69ª Reunião – 19/07/2012

70ª Reunião – 20/09/2012

71ª Reunião – 08/11/2012

9. Agilização de trâmite de projetos MDL na AND.

O Secretário Executivo iniciou as discussões colocando que além de reduzir o tempo médio entre as Reuniões Ordinárias da CIMGC de 60 (sessenta), para 45 (quarenta e cinco) dias no ano de 2012, em conformidade com o que consta da proposta de calendário discutida no item anterior, é necessário que seja empreendido um esforço para que o tempo médio de tramitação de cada projeto dentro da Comissão Interministerial também seja reduzido na mesma proporção. Além disso, ele reafirmou o que já fora, inclusive, apontado anteriormente, que as principais competências da Comissão na qualidade de Autoridade Nacional Designada (AND) brasileira, são avaliar a contribuição de cada projeto MDL para o desenvolvimento sustentável do país, verificar se a atividade de projeto é voluntária e averiguar a conformidade entre as versões em português e inglês da documentação encaminhada para análise da CIMGC. Em seguida, ainda no que diz respeito ao processo de análise das atividades de projeto dentro da CIMGC, o Sr. Marcos Costa explicou que, em um primeiro momento, a documentação de projeto é enviada para análise de dois consultores técnicos *ad hoc* que elaboram parecer técnico sobre todos os aspectos do projeto. Em seguida, estes pareceres são consolidados por servidores da CGMC de forma a elaborar o parecer conclusivo sobre o projeto. Ele informou, também, que o contrato dos consultores *ad hoc* termina no final de dezembro e que será necessária a realização de um novo processo seletivo para compor esta equipe, o que poderá acarretar atrasos na análise dos projetos. Ainda sobre o trabalho realizado por esses consultores, o Secretário Executivo da Comissão expôs que nem sempre é feita uma boa análise da contribuição do projeto para o desenvolvimento sustentável e que, na grande maioria dos casos, os consultores técnicos acabam fazendo um trabalho semelhante ao que as Entidades Operacionais Designadas (EODs) fazem, ou seja, de validação da atividade de projeto. Por conseguinte, ele perguntou à Comissão sobre a relevância e a real necessidade do trabalho realizado por esses consultores. Ponderou que se os pareceres fossem elaborados apenas com base nas atribuições determinadas à AND (desenvolvimento sustentável, voluntariedade e versão em português fiel à versão em inglês), não seria necessário ter uma

equipe de especialistas disponível para essa função e o trabalho necessário para análise dos projetos poderia ser compartilhado entre os diferentes ministérios que compõem a CIMGC. O Sr. João Alencar foi o primeiro a se manifestar sobre esse assunto dizendo que os membros do Ministério das Cidades que integram a Comissão estão envolvidos em várias atividades, como, por exemplo, na elaboração do plano setorial e na participação em outros conselhos, e, portanto, não estão dedicados a uma Comissão em especial. Assim, ele sugere que, se o que foi contratado diverge do que está sendo entregue, isso deve estar claro para o parecerista, lembrando-o daquilo ao que ele deve ater-se. Em consequência, ele vê com preocupação que os membros da Comissão passem a assumir essa atribuição de elaborar pareceres. O Secretário Executivo ponderou que a sugestão é que os membros participassem da elaboração dos pareceres nos assuntos que dizem respeito às atribuições dos ministérios que representam. A próxima a se manifestar foi a Dra. Sonia Regina Bittencourt, que falou brevemente sobre o trabalho realizado por esses consultores *ad hoc*, reiterando o fato de que eles avaliam aspectos que já são avaliados pela EOD durante a etapa de validação. Assim, ela sugere que a CIMGC dê atenção especial à avaliação quanto à contribuição do projeto para o desenvolvimento sustentável e manifesta a sua opinião de que esse trabalho de averiguação de tópicos que já são aferidos não só pela EOD, como também pelo Conselho Executivo do MDL, talvez não precise mais ficar a cargo da CIMGC. Ela lembra que, como o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação não dispõe de corpo técnico, entre seus servidores, para fazer a análise de projetos dentro dos mais diversos setores de atividades, o painel de consultores externos é importante, pois conta com especialistas nas diversas áreas; porém, ela chama atenção à importância de se ater ao Anexo III (constante da pág. 50 da Resolução nº1 da CIMGC). O Sr. Adriano de Oliveira foi o próximo a falar e se colocou favorável à intenção de agilização do trâmite de análise dos projetos MDL e ao fato de se dar maior destaque à averiguação do Anexo III. Ele esclareceu, por outro lado, que todo o procedimento adotado pela Comissão para avaliação dos projetos, garante que as atividades de projeto MDL brasileiras tenham um alto índice de aprovação dentro do Conselho Executivo do MDL, maior, inclusive, que o da China e o da Índia, que são os países com o maior número absoluto de atividades de projeto aprovadas. Ele considera, portanto, que a Comissão não realiza um “retrabalho” sobre o que as EODs já fazem e que o crivo da CIMGC já demonstra, inclusive, a sua preocupação com, entre outros itens, o desenvolvimento sustentável. Ele menciona, ademais, que esse assunto já fora, anteriormente, objeto de questionamento de proponentes de projeto. Quanto à questão do painel de consultores externos, O Sr. Adriano de Oliveira coloca que isso é uma questão interna ao MCTI, porém lembra que o objetivo que se tinha em mente com a contratação desse painel era justamente desafogar a demanda sobre a equipe técnica lotada na CGMC/MCTI, principalmente em uma situação de recebimento de vários projetos MDL para análise. Ele frisa, por último, a importância de sempre avaliar os outros aspectos que têm sido analisados nos pareceres técnicos, além da contribuição para o desenvolvimento sustentável. O próximo a falar foi o Sr. João Antônio Salomão, representante do Ministério da agricultura, que expôs a preocupação em se averiguar a importância que é dada ao tema nos outros Ministérios. Dentro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Sr. João Antônio Salomão informa que a relevância do tema é mínima. O principal é aferir a estrutura dentro dos Ministérios do Meio Ambiente, Ciência Tecnologia e Inovação e de Minas e Energia, para saber se eles conseguem dar conta da demanda esperada. O Sr. João

Alencar questionou se é cobrada alguma taxa administrativa sobre a análise dos projetos MDL, dando a sugestão de que essa eventual taxa poderia ser utilizada na remuneração do serviço dos consultores externos. O Secretário Executivo informa que não há cobrança de taxa e que há recursos previstos para isso no orçamento do MCTI, reafirmando que o principal problema é mesmo tempo transcorrido durante o processo de avaliação de um projeto dentro da Comissão.

A Sra. Sonia de Bittencourt reiterou que como o projeto que é enviado à Secretaria Executiva já passou pelo processo de validação pela EOD, o procedimento adotado pela CIMGC poderia ser simplificado de forma a reduzir custo e tempo e possibilitar dar maior ênfase na avaliação da proposta quanto a sua contribuição para o desenvolvimento sustentável do país. O próximo a falar foi o Sr. Luís Badanhan, que disse que qualquer ação adotada para agilizar o trâmite de avaliação dos projetos MDL é bem vinda. Ademais, ele reafirmou a importância do trabalho de avaliação e de emissão de pareceres conduzido pelo MCTI e foi da opinião de que, se o corpo técnico da CGMC/MCTI for suficiente para fazer o trabalho de análise e avaliação dos projetos MDL submetidos, é interessante a sugestão defendida pelo Secretário Executivo da Comissão, e o Sr. Badanhan também acredita que deverá haver alguma redução no tempo médio de tramitação das atividades de projetos do MDL. Disse, ainda que o MME sempre viu com bons olhos e sempre esperou do MCTI a realização de um trabalho mais cuidadoso, o qual avaliasse o DCP e o PDD com um pouco mais de atenção, e que ele é de opinião semelhante à do Sr. Adriano de Oliveira, para quem o trabalho empreendido até então deve ser mantido no mesmo nível, com uma análise mais criteriosa dos mesmos aspectos que têm sido considerados até o momento, o que não implica em calcular ou recalcular taxas ou números obtidos, por exemplo. E, para finalizar sua fala, ele expõe a sistemática de trabalho dentro do MME, no que tange à averiguação das atividades de projeto. O Sr. Adriano de Oliveira, ao tomar a palavra novamente, corrobora o que já havia exposto anteriormente e também o que foi proferido pelo Sr. Luís Badanhan, comentando que a Comissão sempre confiou no esforço que o MCTI empreende na análise das atividades de projeto, em seu aspecto mais geral. Ele, em seguida, discorreu sobre os aspectos que são mais avaliados por cada um dos seguintes ministérios: de Minas e Energia, Meio Ambiente e Ciência, Tecnologia e Inovação. E o Sr. Adriano de Oliveira também comentou que o trabalho realizado no âmbito da Comissão não seria, em sua opinião, de uma nova validação, mas sim de um refinamento, para que os projetos cheguem melhores para a análise do Conselho Executivo do MDL. O Sr. Marcos Costa lembrou os presentes de que a preocupação manifestada se dá pelo custo adicional de tempo que se despende ao enviar as atividades de projeto para a análise de consultores externos, à luz do possível aumento no número de atividades que deverá ser visto a partir do início do ano que vem. O Sr. Túlio César Andrade se manifestou em apoio ao que já fora colocado anteriormente acerca do processo de tramitação dos projetos e reforçou a importância de se manter a qualidade dos trabalhos de avaliação empreendidos pela CIMGC, dando destaque à questão do desenvolvimento sustentável dentro do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. O Secretário Executivo encerrou os debates sobre esse assunto, reforçando o que fora colocado sobre a relevância do papel desempenhado pelo MCTI no que diz respeito aos pareceres da CIMGC e que, acerca do contrato com os consultores *ad hoc* externos,

este assunto é interno ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, e ele é quem verá qual a melhor solução para essa questão.

10. Carta de aprovação (LoA, da sigla em inglês) da AND brasileira para autorização de alteração de Participante de Projeto.

O Secretário Executivo lembrou aos presentes de que é uma exigência do Conselho Executivo do MDL, que a AND do país autorize as alterações relativas a participantes de projeto (PP). Ele informou que existem hoje na Secretaria Executiva da CIMGC nove projetos nesta situação, solicitando nova carta de aprovação. Ressaltou que em função da situação ocorrida com o projeto 304/2011 e considerando a necessidade de se resguardar a Comissão, a Secretaria Executiva sugere que esses projetos sigam para deliberação da Comissão somente após o recebimento da resposta da consulta feita à CONJUR do MCTI sobre o assunto. O Sr. Adriano de Oliveira, dando continuidade aos debates acerca deste assunto, explicou que será necessário emitir uma nova carta de aprovação (LoA), caso o Participante do Projeto tenha sido, de fato, alterado, porque a carta é sempre emitida em nome do participante do projeto em questão. Ele aproveitou para questionar se a CONJUR/MCTI será acionada para se manifestar sobre a viabilidade de emitir nova LoA. A Sra. Sonia de Bittencourt respondeu que, dada a situação de conflito trazida pela BRASCARBON aos membros da Comissão, a intenção é questionar à CONJUR quais os documentos que a CIMGC deve solicitar aos proponentes de projeto para que o pedido de alteração seja efetivado.

11. Carta da EQAO sobre Fatores de Emissão do Sistema Interligado Nacional

O Secretário-Executivo iniciou as discussões informando que a EQAO, a qual atua como proponente de projeto questionou o método de cálculo dos fatores de emissão do Sistema Interligado Nacional para o setor elétrico, cujos números são obtidos *a posteriori*. A EQAO informa entre outros aspectos constantes do documento enviado à Comissão, que, quando da elaboração de alguns projetos, o método de cálculo empregado não se mostra o mais apropriado, porque eles não conseguem obter algumas informações tais qual a capacidade de monitoramento horário. Além disso, o método não se mostra o mais adequado para casos de interligação de sistemas isolados, e, assim, a empresa conclui que o método de cálculo dos fatores de emissão é muito padronizado e, devido aos aspectos citados em sua correspondência, isso desestimula a elaboração de algumas atividades de projeto do MDL. Em função do exposto, a EQAO solicitou à Comissão que discutisse a possibilidade de o cálculo dos fatores de emissão ser feito, também, de forma *ex-ante*. De acordo com observação feita pelo Sr. Adriano de Oliveira, a demanda levantada pela EQAO já foi levada ao conhecimento do Conselho Executivo do MDL, e o representante do MMA sugeriu, que para a próxima reunião da CIMGC, os membros tenham acesso ao relatório da Reunião do Conselho Executivo que traz a decisão sobre esse tema.

12. Procedimentos da AND para emissão de nova carta de aprovação (LoA, da sigla em inglês) para um mesmo DCP/PDD

O Secretário-Executivo deu início às conversas sobre o tema questionando se, para emitir uma nova carta de aprovação a um DCP/PDD que já tenha sido aprovado pela AND brasileira, mas que foi alterado após a emissão da LoA, bastaria a Secretaria Executiva da CIMGC providenciar a assinatura de uma nova carta de aprovação, ou se a Secretaria Executiva teria que submeter toda a atividade de projeto a uma nova análise dos membros da Comissão, como a que é feita durante a submissão de uma nova atividade de projeto. O Sr. Adriano de Oliveira explicou que o procedimento adotado para emissão da carta de aprovação vincula a carta à versão específica do DCP/PDD que foi encaminhado para análise da CIMGC. Por isso, quando há alguma alteração sobre o DCP/PDD, o proponente de projeto costuma pedir uma nova LoA à Comissão. Os membros da Comissão entenderam que, como a LoA é emitida para a versão do DCP/PDD encaminhada originalmente para análise da CIMGC, qualquer mudança de versão do DCP/PDD deverá ser novamente submetida à análise da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, antes de se emitir nova carta de aprovação.

13. Designação dos membros indicados em resposta ao Aviso Interministerial emitido pelo Presidente da Comissão

O Secretário-Executivo lembrou aos presentes de que faltavam as respostas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Casa Civil da Presidência da República somente para que a portaria com a nomeação dos novos membros à Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima fosse publicada no Diário Oficial da União. Em seguida, o Secretário-Executivo perguntou aos presentes se alguém gostaria de fazer mais alguma ponderação e, não tendo ninguém se manifestado, ele declarou encerrada a 64ª Reunião Ordinária da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.